

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

RELATÓRIO INSTITUCIONAL - 2014





Crianças Nambiquara brincam na Terra Indígena Tirecatinga, MT.



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
CARTA DO PRESIDENTE	8
PROGRAMA DE DIREITOS	10
PROGRAMA AMAZONAS.....	16
<i>JAMAMADI</i>	18
<i>APURINÃ</i>	20
<i>PAUMARI</i>	22
PROGRAMA MATO GROSSO	26
<i>DESAFIOS EM MARÃIWATSÉDÉ</i>	31
SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL.....	32
GESTÃO FINANCEIRA.....	34
EQUIPE DA OPAN EM 2014	36



ADRIANO GAMBARINI/OPAN

Zilda Paumari trança com habilidade a cestaria tradicional de seu povo.

APRESENTAÇÃO

Em um grande esforço de mobilização para defender direitos e implementar políticas indigenistas e socioambientais, 2014 foi o ano em que Mato Grosso assistiu à retomada de espaços de controle social e incidência política por organizações da sociedade civil. Destacamos a formação da Rede Juruena Vivo, composta por atores sociais preocupados com a gestão sustentável da bacia do rio Juruena (MT) frente à ameaça de instalação sequencial de hidrelétricas. A OPAN e parceiros vêm também atuando pelo aprimoramento da gestão ambiental no estado no Conselho Estadual de Meio Ambiente, e nos municípios por meio da promoção de uma abordagem inovadora sobre o ICMS Ecológico no Programa Municípios Sustentáveis e no Fórum Matogrossense de Mudanças Climáticas. Esses foram alguns dos principais êxitos do **Programa de Direitos Indígenas**, conforme relata a coordenadora da iniciativa, Andrea Jakubaszko.

Ainda em Mato Grosso, continuamos com o apoio à gestão territorial indígena, facilitando a elaboração do plano de gestão da Terra Indígena (TI) Tirecatinga, do povo Nambiquara, e da TI Marãiwatsédé, do povo Xavante. Fomentamos, ainda, a implementação de algumas ações prioritizadas nos planos de gestão das TIs Menkü, Manoki e Pirineus de Souza, no noroeste do estado. Além dos trabalhos de fortalecimento das associações indígenas nessas regiões, a OPAN apoiou em 2014 a realização de rituais, expedições de vigilância e monitoramento, oportunizando momentos de reflexão, união e intercâmbios entre povos da bacia do Juruena e expandindo possibilidades para caça, coleta e recuperação do território desintrusado de Marãiwatsédé, entre outras ações descritas pela coordenadora do **Programa Mato Grosso**, Artema Lima.

Enquanto isso, no Amazonas, o povo Paumari repetiu a experiência bem sucedida da pesca manejada de pirarucu na região de Tapauá, consolidando e inspirando uma nova forma de gerir sustentavelmente este recurso tão importante para o Médio rio Purus. Desta vez, o manejo foi acompanhado de ações que aprimoraram sua organização, como a elaboração do regimento interno da pesca e da revisão do plano de gestão territorial dos Paumari. Outros destaques da atuação da OPAN no Amazonas foram os trabalhos de elaboração do plano de gestão territorial junto ao povo Jamamadi, bem como os resultados positivos do manejo da castanha-do-Brasil e da implantação de sistemas agroflorestais na Terra Indígena Caititu, do povo Apurinã, apontados pelo coordenador do **Programa Amazonas**, Gustavo Silveira.

Os números da gestão financeira da OPAN em 2014 são apresentados pela **coordenadora financeira**, Rochele Fiorini, destacando nosso compromisso com a transparência frente aos nossos parceiros e apoiadores. É importante ressaltar, ainda, a adoção de medidas para o fortalecimento e sustentabilidade institucionais, tendo a OPAN iniciado em 2014 a construção de estratégias para a diversificação de fontes de financiamento, avaliação de nossas parcerias e aprimoramento dessas relações. Também concluímos etapas de análises de conjuntura, potencialidades e conquistas, atualizando nossos grandes objetivos e alcances em um processo que envolveu todas as instâncias da instituição na elaboração de um planejamento estratégico até 2018, conforme detalha a coordenação executiva da OPAN.

Boa leitura!

CARTA DO PRESIDENTE

Estamos vivendo, neste momento, o que pode ser considerado o contexto com maior risco para os direitos indígenas desde a Constituição de 1988. Desde sua promulgação, os movimentos indígenas e sociais têm lutado pela efetivação das garantias ali escritas. Regularização fundiária, direitos básicos como saúde, educação e gestão territorial. Ainda que não tenhamos chegado à implementação de todas elas, o movimento conservador tem apregoado o retrocesso através da alteração de cláusulas pétreas e da mudança de agentes que legislam sobre a questão. A regularização fundiária, por exemplo, é responsabilidade da União e, desde a portaria 14 do Ministério da Justiça (que estabelece parâmetros para os Relatórios de Identificação de Terras Indígenas) e do Decreto 1775 (que estabelece o princípio do contraditório), é gerida de maneira rigorosa pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Argumentos de que não há equilíbrio nos interesses políticos no que tange aos estudos de terras indígenas é agir por ignorância ou má-fé.

Há um movimento quase em uníssono que tenta estabelecer uma situação praticamente sem saída para os povos indígenas. De um lado há as ações de políticas públicas que literalmente “tratoram” os interesses locais, sejam eles indígenas ou regionais. De outro há a ação privada, que nega direitos tradicionais em nome de um desenvolvimentismo suspeito, que mais favorece lucros privados de uma minoria, que diz “ser responsável pela estabilidade financeira do país”. Os índios são tratados de maneira ambígua de acordo com as circunstâncias. Em geral são tratados como ex-índios e, portanto, sem direitos constitucionais. Como costumam dizer, não precisam de terra, mas de assistência para produzir.

A despolitização e o financiamento privado das campanhas políticas geraram uma aberração institucional em nosso país. Os meios de comunicação como agentes de interesses políticos específicos e dominantes fizeram do campo político e do discurso midiático um recorte sem senso crítico. A ação conjugada entre os ruralistas e os evangélicos, que antes parecia pura imaginação, efetivou-se quando Blairo Maggi assumiu a Comissão de Meio Ambiente do Senado e Marcos Feliciano assumiu a Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Desde então caminhamos para o atual quadro no qual, agindo de maneira sincronizada, os ideais conservadores e do agronegócio preparam diversas ações contra a sociedade civil. Os primeiros atos – desarquivar a PEC 215 e tramitar a proposta de criação do Estatuto da Família são só o começo. A intenção é claramente agir em retrocesso e retirar direitos civis adquiridos com muita luta. O governo federal, por sua vez, age como refém de tais grupos (representantes de corporações) como se estivesse perplexo demais para qualquer ação. Cada vez mais parece que a reorganização da sociedade civil é necessidade imediata. O quadro parece apresentar-se como se não existisse qualquer tipo de contraponto a dizer a tais grupos. Mas há outras possibilidades, é necessário pensar no futuro e a definição de minoria não diz respeito a qualquer aspecto numérico, mas àqueles que estão excluídos de uma vida mais justa. Índios, negros, mulheres, quilombolas, homossexuais, todos devem pensar conjuntamente os seus direitos, pois a democracia representativa, enquanto for tomada por interesses de corporações, não agirá em nome da sociedade civil.

Além da luta pela garantia dos direitos é preciso também apoiar a autonomia dos povos indígenas e a conscientização diante de tantos



Indígenas fazem protesto em defesa de seus direitos em Brasília.

interesses privados e escusos. É preciso implementar ações e projetos que busquem a sustentabilidade mínima para que haja força política contra o retrocesso. Os povos indígenas serão provavelmente protagonistas de muitas políticas públicas nos próximos anos e é fundamental que estejamos com eles dando o apoio necessário. A gestão territorial, a fiscalização de fronteiras e a busca de alternativas econômicas sustentáveis são focos importantes. Terras que foram desmatadas como Marãiwatsédé devem buscar recomposição. E em locais onde há interesses de grandes projetos, como o sul do Amazonas e o norte de Mato Grosso, a atenção deve ser redobrada. É necessário, também, apoiar as lutas pelos ajustes de limites, em que parte das

terras indígenas ficou de fora, excluindo locais de caça, pesca, cemitérios e antigas aldeias. É preciso pensar no futuro, sempre.

O horizonte aponta um período de muitas lutas para os povos indígenas e para os movimentos sociais de uma forma geral. Devemos conjugar forças em razão de uma situação que se anuncia contrária às lutas populares. Os povos indígenas são a linha de frente pelo que representam e pelos referidos direitos que detêm. Devemos lutar em uníssono com eles para que um dia tenhamos uma sociedade mais justa. Uma sociedade na qual a diversidade cultural seja um valor e que a diferença seja uma riqueza e não um entrave para a vida comum.

PROGRAMA DE DIREITOS



Inventariado para virar uma usina hidrelétrica, o Salto Utiariti, rio Papagaio (MT), é sagrado para os povos Nambiquara e Paresi.

Numa disputa (democrática) acirrada sobre as possibilidades de modelos de desenvolvimento, têm sido diversas nos últimos anos as manifestações civis e de grupos e organizações políticas da sociedade que anseiam o diálogo com os poderes públicos visando a construção coletiva e participativa na condução de seus processos históricos, econômicos e políticos.

Os eixos temáticos que norteiam nossa atuação estão estreitamente vinculados às problemáticas do desenvolvimento. A OPAN, nesse contexto, tem apostado na sua participação direta como ator político organizado da sociedade civil. Podemos destacar a construção dos planos de gestão territorial de terras indígenas nos estados de Mato Grosso e do Amazonas. Esse processo representa uma oportunidade

para que os indígenas se mantenham sujeitos na orientação de seus projetos societários e tragam também a público os conhecimentos e a visão que os povos têm e estão propondo para um futuro sustentável no Brasil.

É, contudo, notório e visível nesse percurso que as ameaças à integridade das terras indígenas e à reprodução física e social dessas populações estejam diretamente associadas a configuração dos interesses políticos e econômicos sobre a terra. Isso se reflete no desmonte da legislação indigenista e na paralisação dos processos de regularização fundiária, na degradação das matrizes ambientais agora reforçadas pelo enfraquecimento do Código Florestal Brasileiro e pelos eixos de energia e infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.



Participantes do Festival Juruena Vivo debatem o futuro da bacia do Juruena frente aos projetos hidrelétricos previstos para a região.

Diante dessas ameaças ao próprio estado constitucional, constatamos dia a dia a violação de direitos civis e, assim, no segundo ano de execução do Programa de Direitos Indígenas da OPAN, o foco esteve concentrado nas ações de proteção da bacia hidrográfica do rio Juruena.

Temos apoiado a mobilização de comunidades das bacias do Juruena, Araguaia, em Mato Grosso, e Purus, no Amazonas, preocupadas com a integridade dos corpos hídricos, fonte de vida dessas populações humanas e não humanas, no que tange às restrições ao uso múltiplo da água. Levamos em consideração a conversão perigosa dos leitos em lagos estéreis com a construção de UHEs e PCHs consecutivas, que implicam em impactos cumulativos de alto custo ambiental e social para o país. Só para Mato Grosso, seriam em torno de 500 empreendimentos nas bacias hidrográficas do estado, não restando para o futuro nenhum rio livre de barragens! Somente na bacia do Juruena são mais de 100 instalações previstas.

Nessa iniciativa, ocorreu em novembro de 2014 o Festival Socioambiental Juruena, um

encontro regional promovido pela OPAN com patrocínio da Petrobras, apoio da Embaixada da Noruega e Misereor e em parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV) e a ONF Brasil. O evento reuniu uma centena de pessoas entre convidados do poder público, acadêmicos, militantes dos movimentos sociais, representantes de nove etnias da bacia do Juruena e agricultores familiares (representando seis assentamentos rurais e uma reserva extrativista), na Fazenda São Nicolau, no município de Cotriguaçu. Às margens do rio Juruena ocorreu um intercâmbio ímpar de experiências, convivência que sensibilizou a todos e permitiu alguns encaminhamentos e acordos que devem permanecer tecendo história através da formação de uma rede que está ativa: a Rede Juruena Vivo. Em 2015, este coletivo deve repetir a mobilização para dar continuidade aos compromissos firmados. Cabe destacar, ainda, que a área total desmatada dentro da bacia do Juruena cresceu de 19.946 km² em 1997 para 38.842 km² em 2007, e outros 36.193 km² de desmatamento ainda estão por vir até o ano de 2026, segundo os cálculos do próprio governo em um cenário abarrotado de hidrelétricas nesta bacia.

Alterando a vazão, o curso e o pulso dos rios no Brasil de forma voraz, constatamos a fragilidade dos sistemas aquáticos e comprometemos, na maioria das vezes de forma irreversível, não somente a ecologia das bacias hidrográficas, mas o clima e as próprias pretensões do progresso. Isso provoca o colapso não apenas das comunidades que têm suas moradas encravadas nas suas margens, mas inclusive das distantes massas urbanas que dependem também do fluxo das águas para viver.



O Festival Juruena Vivo reuniu assentados, indígenas, representantes do poder público e organizações da sociedade civil que atuam na região noroeste de Mato Grosso.



Andrea Jakubaszko apresenta estudo da OPAN sobre o potencial do ICMS Ecológico em Mato Grosso durante o II Seminário de Municípios Sustentáveis, em novembro de 2014.

O tema das hidrelétricas na Amazônia é um debate antigo, herança de um tempo apegado a uma visão econômica, técnica e política ultrapassada diante dos conhecimentos atualmente produzidos, das demandas concretas para o século XXI, da capacidade tecnológica hoje existente para a produção energética e, principalmente, não leva em conta a maturidade política alcançada pela sociedade brasileira nos últimos 30 anos de democracia.

A sociedade civil, em todos os seus estratos, sente na carne as consequências de um projeto de (sub)desenvolvimento vivenciado no século XX que se quer acelerado, intenso e centralizado – implantado sem diálogo e espaços de participação como se o habitus da ditadura militar ressuscitasse quando se sonha com uma matriz enérgica deslumbrada com o volume de água **infinito** do território brasileiro.

A matriz hídrica não é uma máquina que depende tão somente do controle humano, não é um objeto inerte que liga e desliga conforme o comando do desejo do consumo. Ela reage, tem vida própria e, sendo assim, pode ser assassinada. E, certamente, o coitado do São Pedro não é o assassino, já São Paulo... A Cantareira secou, o rio Juruá (um dos principais formadores do Pantanal) também, e tantas outras torneiras podem rapidamente tornarem-se obsoletas.

Ou seja: além da crise hídrica e consequentemente energética, lidamos com uma crise política profunda, pois forjada lenta e historicamente.

.....
 “A matriz hídrica não é uma máquina que depende tão somente do controle humano, não é um objeto inerte que liga e desliga conforme o comando do desejo do consumo”.

A resposta a esse processo tem vindo de inúmeras iniciativas locais que começam a brotar nas áreas rurais e urbanas desenhando novos cenários, investindo e criando redes de sustentabilidade em todo o país. No caso do estado de Mato Grosso, foi instituído por Decreto Estadual em março de 2014 o Programa Municípios Sustentáveis (PMS/MT). Percebemos ali a oportunidade de integrar um importante espaço em construção e de contribuir pautando a temática do ICMS Ecológico, estratégica para o desenvolvimento sustentável, do nosso ponto de vista.

Por isso, durante o II Seminário Mato-Grossense de Municípios Sustentáveis, em novembro de 2014, lançamos a publicação “ICMS Ecológico: oportunidades para o desenvolvimento municipal em Mato Grosso”. Este estudo procura descortinar os potenciais dessa arrecadação para o fortalecimento de políticas ambientais locais e conhecer a visão dos gestores municipais sobre o tema, procurando enfatizar o papel de incentivo desse imposto ao superar o discurso que situa o repasse como mera “compensação”.

Deste modo, temos procurado contribuir com o fluxo das informações sobre as políticas de desenvolvimento, sobre a política energética incidente nas regiões em que atuamos, sobre as fases das obras, os impactos previstos (e também os subestimados), bem como oferecendo apoio logístico para a participação de lideranças indígenas nos espaços de representação política. Buscamos facilitar a visibilidade e encaminhamento dos pleitos, o monitoramento dos impactos e observamos se a condução dos processos está em conformidade com a lei.

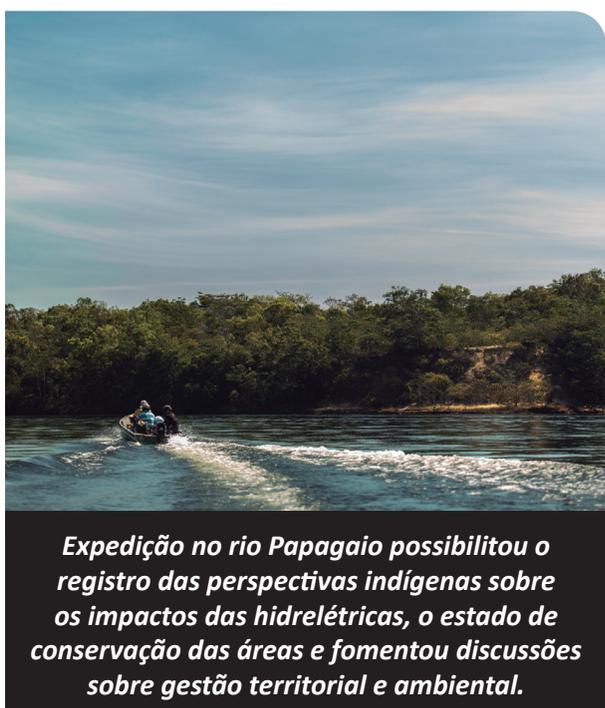
O fluxo de informações é dinamizado pela estratégia do programa em participar de fóruns temáticos afins e estratégicos, como o Conselho Estadual de Meio Ambiente/MT (Consema), o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad), o Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas (FMMC), o próprio Programa Municípios Sustentáveis

(PMS/MT), GT Infraestrutura da Articulação Regional Amazônica (ARA), por meio de sua lista virtual, e o Fórum Social Temático de Energia (FST Energia). No FST Energia, participamos em agosto de 2014 de uma atividade autogestionada promovida pelo Formad, divulgando a situação atual das bacias hidrográficas mato-grossenses. Posteriormente, integramos a Frente por uma Nova Política Energética do País, sujeito coletivo da Campanha Nacional Energia para Vida.

Realizamos também a difusão do relatório anual de monitoramento dos projetos de lei anti-indígenas em tramitação no Congresso “Direitos indígenas, o que foi 2013 – uma contribuição da OPAN para o debate” (caderno voltado para os indígenas).

Em ações de interface com o Programa Mato Grosso da OPAN, desde 2013 temos apoiado também as expedições indígenas por seus territórios de ocupação tradicional com o objetivo de assegurar a vigilância, favorecer o acesso, manejo e as práticas de uso dos recursos, realizar etnomapeamentos e registros do estado de conservação dessas áreas, bem como refletir a partir dos planos de gestão sobre o futuro daquele cenário de importância vital para os povos indígenas que habitam imemorialmente a bacia do Juruena. Em 2014, foi a vez do rio Papagaio.

THIAGO FORESTI/OPAN



Expedição no rio Papagaio possibilitou o registro das perspectivas indígenas sobre os impactos das hidrelétricas, o estado de conservação das áreas e fomentou discussões sobre gestão territorial e ambiental.

Percorremos junto com os Myky, Nambiquara, Paresi e Manoki aproximadamente 123 quilômetros do leito do rio papagaio registrando em vídeo os impactos na região a partir da perspectiva indígena. Deste total percorrido, cerca de 70 km corresponderam a trechos do rio sem a presença de terras indígenas, 20 km com apenas uma das margens protegidas e 33 km com ambos os lados pertencentes a terras indígenas. Assim, na bacia do Papagaio e seus afluentes (Sacre, Buriti e Sapezal) os trechos margeados pelas terras indígenas são os únicos locais onde os interflúvios dos rios ainda são cobertos pela vegetação nativa, permitindo, pelo menos internamente, a dinâmica natural dos fluxos gênicos da fauna e da flora, imprescindíveis para a manutenção a longo prazo da biodiversidade, e conseqüentemente, da manutenção da integridade do ecossistema. Dentre esses rios, o Papagaio é o único que ainda não tem empreendimentos hidrelétricos instalados.

Elaborar planos de gestão territorial e ambiental que sejam de fato atentos às gerações vindouras e preocupados com a perenidade da vida exige espírito coletivo, conhecimento ecológico profundo e tecnologias adaptadas. Somos capazes de fazer o mesmo?

Conhecemos os planos de gestão energética do governo, mas onde estão os planos de gestão hídrica dos estados, onde estão no executivo os planos estratégicos de Estado para proteção efetiva dos patrimônios genéticos, alimentares, culturais e de biodiversidade de que dispomos?

Os povos indígenas sabem, através da sua visão de mundo, lidar com os espíritos de natureza voraz, como a ambição que habita o humano. Sabem que é preciso alimentá-los na dose certa para que eles não se voltem contra a ordem social, para que não se tornem incontroláveis, perigosos, letais. Há, portanto, muito que aprender com a sabedoria dos povos originários – basta apenas ouvir, escutar, ver e sentir as paisagens culturais que herdamos. Não é pedir muito, é reconhecer que pelo menos as terras da União merecem, no mínimo, nosso respeito, cuidado e proteção, para o bem da vida no planeta.



ADRIANO GAMBARINI/OPAN



Domingos e Sebastião Paumari tirando o pirarucu da rede, durante a despesca 2014.

PROGRAMA AMAZONAS



ADRIANO GAMBARINI/OPAN

Barbara Jamamadi torra a farinha, base da alimentação em todas as aldeias.

No ano de 2014, o Programa Amazonas atuou na região do Médio rio Purus, junto aos povos Apurinã, Jamamadi e Paumari nas TIs Caititu, Jarawara/Jamamadi/Kanamanti, e Paumari do Lago Manissuã, Lago Paricá e Cuniuá. Esta região está protegida por um mosaico de terras indígenas e de unidades conservação que somam 4.126.342 de hectares. A área concentra uma enorme diversidade social e é habitada por vários povos, entre eles os Deni, Apurinã, Paumari, Jamamadi, Jarawara, Zuruahã, Hi-Merimã, Katauixi e Banawá, distribuídos em mais de 20 terras indígenas com aproximadamente sete mil pessoas. A OPAN esteve focada em trabalhos de gestão territorial e fortalecimento das organizações indígenas com o intuito de garantir o direito dos povos, almejando que essas áreas atuem como barreiras à expansão do desmatamento na Amazônia.

O projeto Raízes do Purus deu continuidade às ações do Programa Amazonas que vêm sendo

implementadas pela OPAN há mais de seis anos na região. Com iniciativas relacionadas ao atual panorama da gestão territorial indígena, nossa atuação consiste em: **I)** fortalecer os processos locais de gestão territorial por meio da definição de estratégias comunitárias de uso dos recursos naturais; **II)** monitorar o estado da conservação das áreas como indicadores das condições ambientais destes territórios; **III)** apoiar o desenvolvimento de cadeias produtivas da socio-biodiversidade com potencial de geração de renda; **IV)** estimular o desenvolvimento de práticas agroecológicas como estratégia de recuperação de áreas degradadas; e **V)** contribuir para o fortalecimento das formas de organização dos povos indígenas Apurinã, Jamamadi e Paumari.

Essas ações estão concatenadas com a Política de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), capitaneada pela Funai e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).



ÁREA DE ATUAÇÃO

JAMAMADI



ARQUIVO / OPAN

Na aldeia São Francisco, povo Jamamadi discute coletivamente o plano de gestão territorial.

Desde de 2012, a OPAN vem fortalecendo os processos locais de gestão territorial com o povo Jamamadi. Ao longo de dois anos facilitamos a construção do etnomapeamento da terra indígena que, dentre outras questões, possibilitou aos Jamamadi pensarem estratégias comunitárias de uso dos recursos naturais. Já em 2014, eles participaram de diversas reuniões nas aldeias para a elaboração do plano de gestão territorial e ambiental. Esses momentos foram riquíssimos, pois reuniram as várias gerações que refletiram e discutiram desafios e oportunidades. Além dessas reuniões,

foram realizados encontros gerais para pactuar os combinados internos.

Esse processo tem refletido diretamente sobre o cotidiano do povo Jamamadi. Durante as reuniões de elaboração do plano de gestão, destacamos um maior envolvimento dos jovens nas discussões coletivas. Outro ponto positivo é o fortalecimento do diálogo interno, incidindo sobre as articulações políticas externas. Ao longo de 2014, reuniões com parceiros e órgãos governamentais foram organizadas pelos próprios Jamamadi, com o objetivo de discutir



ADRIANO GAMBARINI/OPAN

Silva Jamamadi coleta o óleo de copaíba com aplicação de boas práticas.

e solucionar problemas relacionados à saúde, educação e invasões de terra. Esses temas viraram documentos formais, redigidos e encaminhados aos órgãos responsáveis, ao mesmo tempo em que fortaleceu a unidade e a consciência do povo.

A publicação do plano de gestão territorial do povo Jamamadi está prevista para 2015.

Outro resultado importante das ações em parceria com os Jamamadi tem sido o fortalecimento da cadeia produtiva dos produtos

florestais não madeireiros. Através de oficinas de boas práticas e o apoio à comercialização, a cadeia produtiva do óleo da copaíba vem se consolidando como uma alternativa viável e sustentável. A produção de óleo de andiroba também vem sendo incorporada, demonstrando ser uma futura alternativa comercial e ambiental para o povo. O domínio das boas práticas da extração do óleo de copaíba tem garantido mercado e melhores preços. Nos últimos anos, a produção Jamamadi foi valorizada em aproximadamente 250%, saindo de R\$ 12,00 o quilo para R\$ 30,00.

APURINÃ



CARLA NINOS / OPAN

Maurivan Apurinã colhe mandioca do canteiro agroflorestal da aldeia Novo Paraíso, TI Caititu.

As ações desenvolvidas com o povo Apurinã da TI Caititu, ao longo de 2014, foram voltadas para a implementação de práticas agroecológicas através dos sistemas agroflorestais (SAFs) em quatro aldeias (Nova Esperança 2, Novo Paraíso, Tucumã e Idecorá) e o apoio à cadeia produtiva da castanha-do-Brasil nas aldeias dos igarapés Mari (Aldeia Irmã Cleusa) e Puciari (Aldeias Capurana, Cujubim e São Sebastião).

Atendendo a pedidos de líderes Apurinã, a OPAN apoiou a ideia de converter áreas degradadas em produtivas, cultivando a diversidade alimentar, de forma orgânica. A principal queixa dos indígenas era que o solo estava fraco e dominado por uma planta conhecida como furão (*Imperata brasiliensis*), que é indicadora de acidez na terra. A prática tradicional da queima dos roçados deixava o furão mais resistente. Durante a instalação e o manejo das unidades demonstrativas de SAFs, o furão foi usado como principal fonte de adubação orgânica, contribuindo para o desenvolvimento das demais plantas.

Foram planejados mutirões agroecológicos mensais entre as aldeias, quando seus representantes

puderam ajudar com ações práticas, proporcionando uma rica troca de experiência entre os indígenas. Esta simples ação teve grande impacto sobre os moradores da TI Caititu, que careciam de momentos para socialização e discussão sobre gestão territorial. Em poucos meses, as técnicas de SAFs foram incorporadas em algumas roças tradicionais, que aumentaram a diversidade de plantas e o uso de matéria orgânica para a cobertura do solo. A ação teve impacto até entre os que não quiseram participar no primeiro momento, pois as aldeias que não possuem unidades demonstrativas tiveram interesse pela prática. Os Apurinã procuram uns aos outros para se ajudar e replicar a experiência.

Destacamos a importância, para os Apurinã, do “Mutirão Agroflorestal e Troca de Sementes” na TI Caititu, em novembro de 2014, na aldeia Novo Paraíso. O mutirão contou com a participação de sete povos, sendo três do estado do Amazonas (Apurinã, Jamamadi, Paumari); um do Acre (Ashaninka) e três de Mato Grosso (Xavante, Myky e Nambiquara). Estavam ao todo representadas nove terras indígenas e 32 aldeias, num total de 100 pessoas. Nessa



Cacique Davi Zoró demonstra aos Apurinã as boas práticas de manejo da castanha-do-Brasil adotadas em sua comunidade.

ação foi possível apresentar, discutir e vivenciar quais seriam as principais vantagens das práticas agroflorestais. Ainda nesse evento, os indígenas intercambiaram as sementes que levavam. Foram trocadas 106 variedades agrícolas, o que comprova a riqueza da diversidade de espécies apresentadas pelos indígenas.

Ainda entre os Apurinã, a OPAN deu seguimento às ações que visam ao fortalecimento da cadeia produtiva da castanha-do-Brasil, realizando intercâmbios, oficinas de boas práticas de coleta, manejo, beneficiamento, monitoramento da produção e apoio à comercialização.

As atividades de monitoramento ocorreram após a safra de 2013-2014, quando se identificou que a quantidade de castanha produzida pelos Apurinã envolvidos nas ações tinha sido de 19.415 kg. Essa safra teve pouca produtividade devido ao ciclo natural da espécie, que costuma apresentar um ano com alta produção, seguido por um com média e outro com baixa. Mas por conta da diminuta quantidade de castanha no mercado, os preços praticados foram considerados bons, chegando a ser comercializado a R\$ 3,27 o quilo da amêndoa *in natura* no município de Lábrea.

Em novembro de 2014, foi realizada uma reunião em Lábrea com os castanheiros, quando ficou decidido que vários castanhais em desuso seriam reabertos. Agora, os castanheiros apurinã pretendem realizar a venda da safra de 2014-2015 de maneira coletiva. Isso diminui os custos de escoamento da produção, gerando mais renda. O trabalho com a castanha envolveu, ainda, uma oficina de boas práticas, quando foram discutidos problemas e desafios da produção e foram traçados caminhos para melhorar os processos produtivos e comerciais.

Os Apurinã estão motivados e com a expectativa de avançar na melhoria da produção. Por isso, em julho de 2014 tiveram a oportunidade de conhecer os trabalhos de manejo da castanha-do-Brasil e suas consequências para o fortalecimento da organização social junto povo Zoró. Estes são considerados os maiores produtores de castanha do estado de Mato Grosso. Essa troca de experiência contribuiu significativamente para os trabalhos que objetivam incrementar a renda familiar entre os Apurinã com esse produto florestal.

PAUMARI

O sucesso da primeira pesca comercial manejada do pirarucu, autorizada pelo Ibama e Funai em 2013, injetou ânimo ao povo Paumari do rio Tapauá e conferiu a eles protagonismo no Médio Purus. Após cinco anos de muito trabalho e espera pela recuperação dos estoques pesqueiros na região, a demanda indígena pela comercialização do pirarucu manejado se concretizava. Essa pesca motivou os Paumari a se empenhar ainda mais nos trabalhos de 2014.

A implementação do manejo pesqueiro do pirarucu vem sendo apoiada pela OPAN desde de 2009. Essa ação agrega várias atividades, entre elas a vigilância territorial, o monitoramento ambiental e o fortalecimento da organização comunitária.

A vigilância tem sido fundamental para o manejo pesqueiro e a conservação das terras indígenas. As ações de fiscalização, que já haviam sido demandadas pelos Paumari em seu plano de gestão territorial de 2011, foram realizadas contando com a Funai e com a Polícia Ambiental do estado do Amazonas, fortalecendo ainda mais o trabalho desenvolvido pelos Paumari.

O monitoramento ambiental também está associado à vigilância, e é realizado através das contagens de pirarucu e com armadilhas fotográficas para monitoramento da fauna. A contagem do pirarucu, feita anualmente, monitora o estoque do peixe e o seu repovoamento ao longo dos anos. Em 2014, foram contados 2.520 pirarucus, sendo que a primeira contagem, em 2009, registrou 268 indivíduos. Isso representa um aumento de 940% do estoque de pirarucu na região das terras indígenas Paumari. Além das contagens, a fauna terrestre é monitorada por meio de armadilhas fotográficas. Esse trabalho é realizado em parceria com os técnicos do Instituto Piagaçu (IPI). As câmeras são instaladas e desinstaladas pelos indígenas e registram os animais. A partir daí, os dados são tabulados pelos técnicos e os resultados analisados e discutidos com os Paumari em reuniões e oficinas. Eles possibilitam verificar o estado de conservação da área e pensar a gestão do território.



ADRIANO GAMBARINI/OPAN

Na despesca 2014, Enéias Paumari levou esse pirarucu de 2,36m, que se tornou o orgulho da pescaria.

Ao longo de 2014, momentos para o fortalecimento da organização comunitária foram fomentados e apoiados pela OPAN. Entre eles, destaca-se a reunião de revisão de parte do plano de gestão das TIs Paumari. Após três anos de implementação do plano, o capítulo sobre o manejo pesqueiro foi revisado e adequado à realidade atual.

Os bons resultados da primeira pesca manejada e o empenho dos indígenas ao longo do ano possibilitaram uma nova autorização de cota pelo Ibama. Entre os dias 7 e 10 de outubro, foi realizada a segunda pesca comercial manejada do pirarucu nas TIs Paumari, quando foram capturados 85 peixes, pesando um total de 4.950 kg (limpo/eviscerado). A renda gerada foi de R\$ 37.125,00, sendo que 30% dela foi guardada para reinvestimentos futuros na pesca manejada.



Cacique André Paumari, da aldeia Terra Nova, TI Paumari do Lago Paricá.

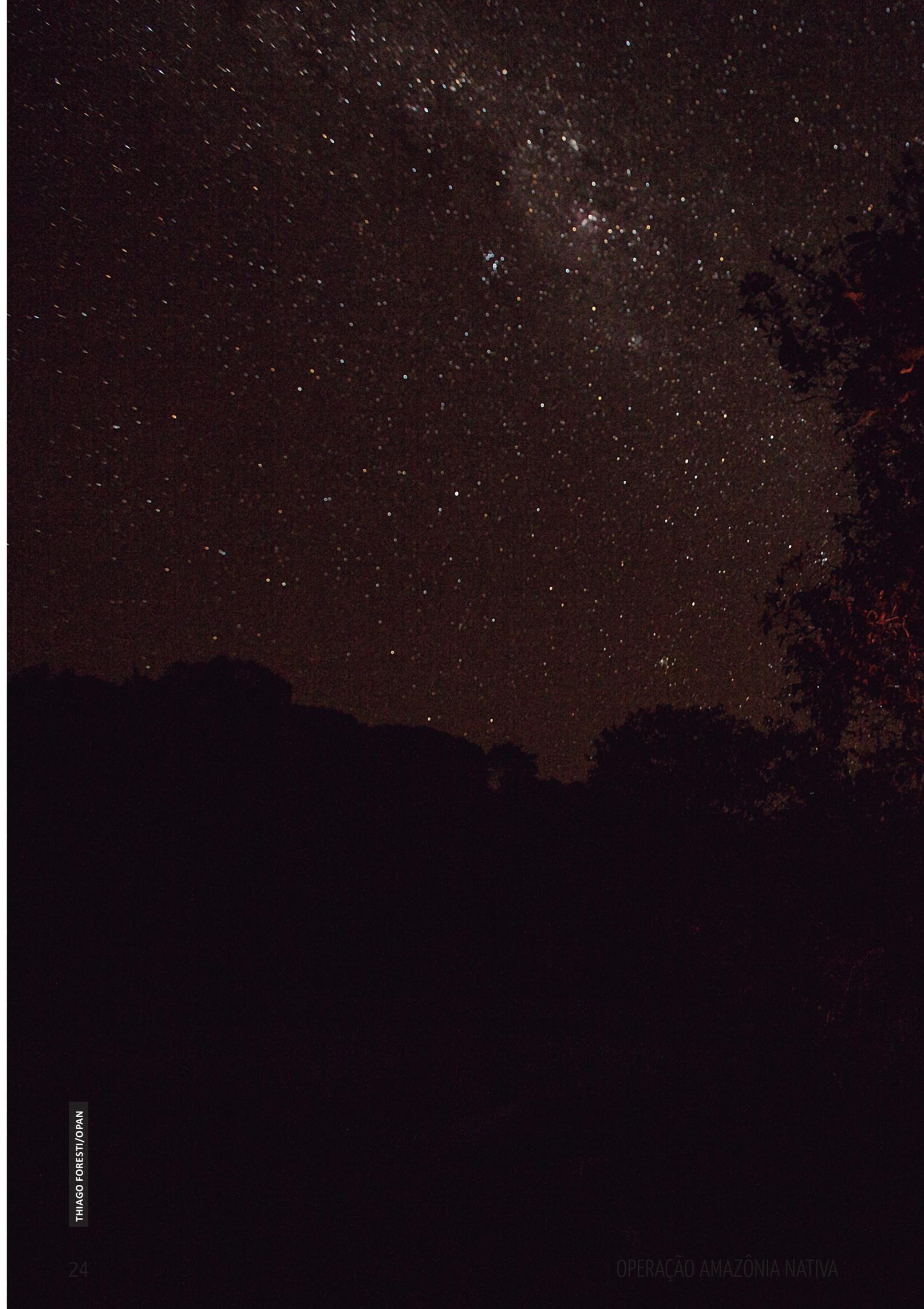
A implementação do manejo do pirarucu vem possibilitando aos Paumari mais união e fortalecimento de seus laços sociais. Além disso, a recuperação do estoque pesqueiro garante fartura para a alimentação do povo. As ações realizadas em conjunto, como a vigilância e a pesca, vêm fomentando e fortalecendo a organização comunitária. A criação do regimento interno da pesca – um documento que tem a finalidade de estipular regras internas e procedimentos para a realização de todas as atividades relacionadas ao manejo pesqueiro – elaborado em 2014 após reuniões e discussões internas, representa o empenho Paumari em se fortalecer comunitariamente.

Tudo isso faz da experiência de gestão territorial desenvolvida pelo povo Paumari um modelo regional que está influenciando comunidades de todo o Médio Purus. Esse resultado só reforça a necessidade de construir, valorizar e divulgar outros modelos de conservação, uso e ocupação de áreas tão relevantes do ponto de vista social e ambiental e que também exercem papel estratégico como barreira ao avanço do desmatamento no sul do estado do Amazonas. Assim, torna-se fundamental uma atuação que apoie as formas de organização social dos povos indígenas, garantindo oportunidades de geração de renda a partir da estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade e de ações que assegurem a disponibilidade de recursos naturais em atendimento às suas necessidades alimentares, culturais, sociais e econômicas.

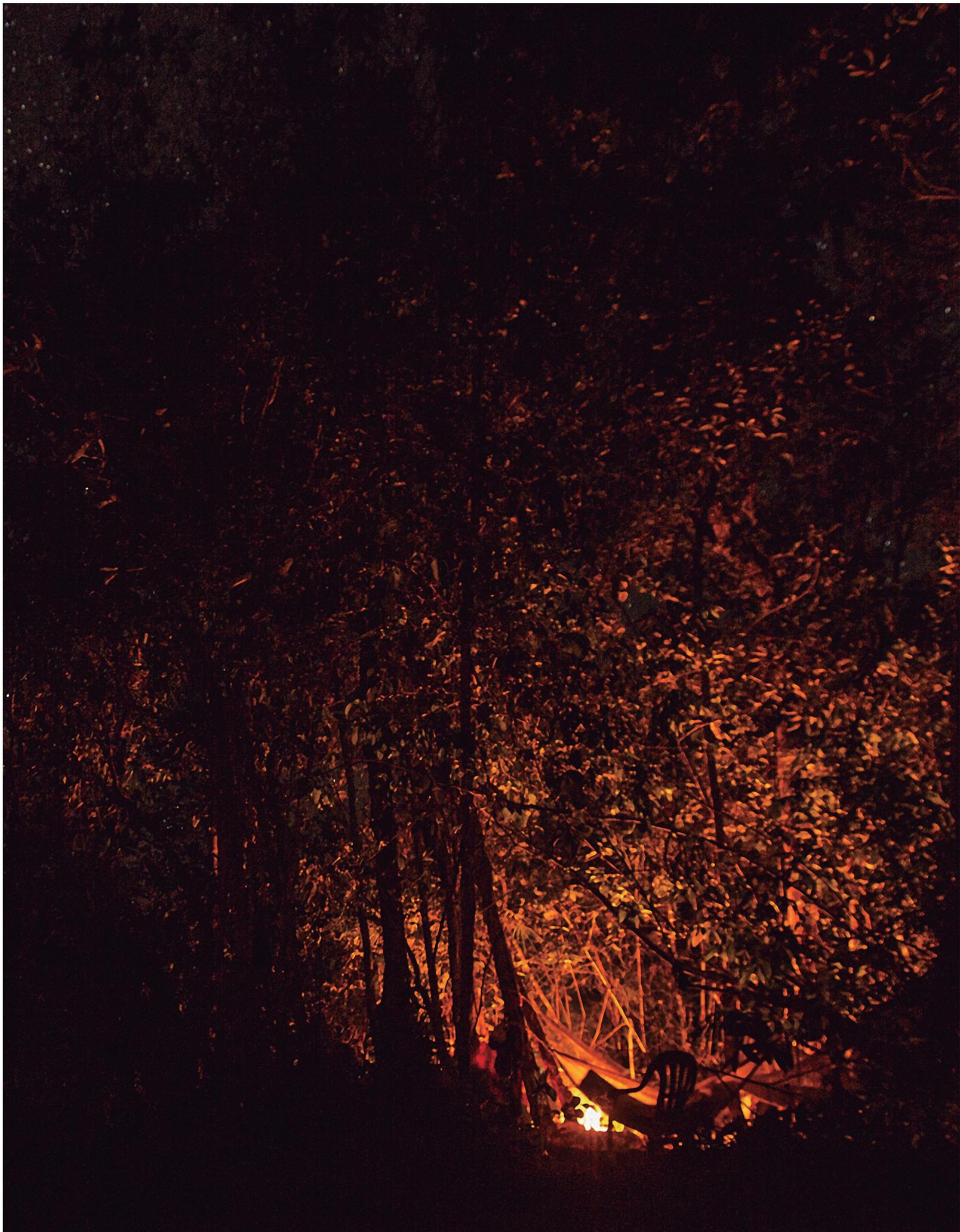


Jovem Paumari retirando os peixes da malhadeira para fazer o almoço do dia.

.....
 “A implementação do manejo pesqueiro do pirarucu vem sendo apoiada pela OPAN desde de 2009”.



THIAGO FORESTI/OPAN



Acampamento na Terra Indígena Tirecatinga, MT.

PROGRAMA MATO GROSSO



ARQUIVO / OPAN

Xavante de Marãiwatsédé realizam a Uiwede, corrida tradicional de revezamento com toras de buriti.

O Programa Mato Grosso atua na região do rio Araguaia junto ao povo Xavante de Maraiwãtsédé e na região Noroeste, na bacia do rio Juruena, com Manoki, Myky, Nambiquara da Terra Indígena (TI) Tirecatinga e da TI Pirineus de Souza.

Na região Noroeste, as ameaças dos empreendimentos hidrelétricos têm se tornado a principal preocupação das lideranças indígenas da bacia do rio Juruena. Seguem em ritmo acelerado os processos de licenciamento de usinas hidrelétricas dos mais variados portes. Neste sentido, a OPAN vem buscando, por meio de estudos e expedições, registrar em meios audiovisuais as implicações e ameaças das usinas nesta região, qualificando o diálogo com diversos atores indígenas e não indígenas.

Na região Araguaia, a TI Marãiwatsédé viveu um ano de grandes desafios, como a consolidação do processo de reocupação do território tradicional dos Xavante, após 20 anos de invasão. Já logo no começo do ano, quando se comemorava o primeiro aniversário da desintrusão, ex-moradores da área, estimulados por políticos locais, reinvidaram a terra indígena

na tentativa de reocupar antigas fazendas. Graças à atuação eficaz do Ministério Público Federal, os invasores reincidentes foram novamente retirados em uma operação conjunta entre Funai, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Com a nova saída dos ocupantes, os Xavante se viram livres para formular suas próprias estratégias de apropriação do espaço, o que contribuiu para o fortalecimento da discussão que pauta a construção de seu plano de gestão territorial junto à comunidade.

Em 2014, diversas ações foram desenvolvidas com o foco na implementação dos planos de gestão territorial Manoki, Myky e Pirineus de Souza, elaborados com apoio da OPAN entre 2011 e 2013. Também estão em curso atividades para a construção de novos planos, como o da TI Tirecatinga e TI Marãiwatesédé, qualificando iniciativas para o fortalecimento da gestão desses povos sobre suas terras de ocupação tradicional em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI). A estratégia utilizada esteve pautada no apoio aos rituais, intercâmbios, expedições nos territórios, enriquecimento de roças e quintais e na formação indígena.



ÁREA DE ATUAÇÃO

MATO GROSSO



Bioma

- Amazônia
- Cerrado
- Pantanal



A reclusão na casa ritual é tempo de aprender valores e responsabilidades para a vida da mulher.

Ritual

O ritual nos Manoki e Myky envolve uma dinâmica de produção, distribuição e consumo de alimentos da roça, regulada pelas relações de parentesco, trocas matrimoniais e pela interconexão com os espíritos ancestrais. Estes são responsáveis diretos pelo plantio. Enquanto a iniciação masculina tematiza exatamente o mito de origem da roça para os contextos Manoki e Myky, nos territórios Nambiquara é o ritual da menina-moça que revive essa temática

através de um processo de reclusão em que as meninas passam por momentos de aprendizagem da cultura, marcando a transição da infância à vida adulta. Avaliamos que a participação da OPAN em todas as etapas dos rituais possibilita a nossa inserção no universo cultural, favorecendo o estreitamento dos laços de confiança, respeito e parceria entre as equipes e os indígenas. É uma atitude de valorização do modo de ser de cada povo.

Os intercâmbios para trocas de experiências e aquisição de sementes tradicionais entre os povos indígenas Manoki, Myky, Nambiquara das TIs Tirecatinga e Pirineus de Souza tiveram impacto positivo no fortalecimento da articulação regional entre esses povos. Milho, abóbora, banana, ramas de mandioca, amendoim, cabaças e outros gêneros eram comuns nas oportunidades de trocas apoiadas pela OPAN por meio dos nossos projetos de base. Encontros como esses possibilitam ainda conversas e reflexões sobre o futuro do rio Juruena. Em 2014, apoiamos trocas inclusive com povos de outros contextos. Destacamos a participação dos Nambiquara, Myky e Xavante de Marãiwatsédé no “Mutirão agroflorestal na TI Caititu”, do povo Apurinã, em Lábrea, no estado do Amazonas (ver mais em Programa Amazonas).

CARLA NINOS / OPAN



Domigos Xavante e Benki Piyanko, do povo Ashaninka, trocam sementes, experiências e saberes tradicionais com outros povos durante intercâmbio e mutirão agroecológico no Amazonas.

A promoção desses intercâmbios é uma estratégia utilizada historicamente pela OPAN e tem se demonstrado bem sucedida. Os intercâmbios ensinam, conscientizam, geram reflexão crítica e funcionam como estímulo para articulações políticas e fortalecimento cultural. Por isso, em 2014, promovemos dois encontros desta natureza para trocas de sementes e um entre os povos indígenas e tradicionais da região centro-oeste no X Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, em Montes Claros (MG), com o objetivo de troca de saberes em temáticas como gestão territorial indígena, rede de sementes, migração forçada e territorialidade. Nesse espaço, os indígenas tiveram a possibilidade de relatar um pouco mais sobre suas vidas e evidenciar como o contato com a academia e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento modificou a sua realidade. Foi um rico momento para uma reflexão compartilhada sobre ‘como’, ‘porquê’ e para ‘quem’ são realizadas as pesquisas científicas.

ARTEMA LIMA / OPAN



Representantes dos povos Manoki e Xavante de Marãiwatsédé, participam da mesa de abertura do X Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, em Montes Claros (MG).

Com o enriquecimento de roças e quintais na Terra Indígena Pirineus de Souza, a OPAN vem apoiando as iniciativas já consolidadas nas aldeias, como o cultivo da banana e a relação com o comércio local de Vilhena (RO). O trabalho consistiu em potencializar o plantio dessas roças de banana para o aumento da produção, melhor qualidade, controle de pragas e o consórcio com outras espécies consumidas pelos indígenas. Almeja-se que, aos poucos, eles possam produzir e consumir uma diversidade de produtos com autonomia, incrementando sua alimentação e a geração de renda e consolidando sistemas diversificados de produção.



Exposição e venda de produtos da agricultura familiar durante o Festival Juruena Vivo.

Na TI Tirecatinga, realizamos a primeira etapa da construção do plano de gestão territorial, com o apoio a uma expedição no rio Papagaio, afluente do rio Juruena. Essa viagem possibilitou qualificar *in loco* e georeferenciar as informações levantadas junto aos indígenas em 2012 durante a realização do Diagnóstico Rápido Participativo, elaborado pela OPAN. Essas informações correspondem aos locais de caça, pesca e coleta, bem como a unidades de paisagem e recursos naturais da fauna e flora. Outro objetivo alcançado na expedição foi a realização de uma avaliação visual da integridade ambiental do rio Papagaio no trecho de 135 quilômetros percorridos.

THIAGO FORESTI / OPAN

Considerando-se os relatos dos indígenas relativos às quantidades pescadas há dez ou mais anos, e o resultado da pesca obtida durante a expedição, ficou claro o processo em curso de diminuição da disponibilidade de peixes no rio Papagaio que é, hoje, o único rio livre de empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Juruena. Entretanto, afirmações mais conclusivas dependem de estudos mais aprofundados, envolvendo também avaliações populacionais das espécies de peixes comumente pescadas pelos indígenas e ribeirinhos no rio Papagaio.

Dentro do eixo institucional de apoio às organizações indígenas, a OPAN se dedicou em 2014 ao acompanhamento dos gestores da Associação Kolamace, da TI Pirineus de Souza. Lá, os indígenas participaram do primeiro módulo do curso de formação -- um processo de

aprendizagem experiencial dentro do qual a comunidade poderá vivenciar na prática, por meio de um fundo de pequenos projetos, as etapas burocráticas da execução de recursos financeiros para seus projetos.

A realização do “Festival Socioambiental Juruena Vivo” fechou as ações do ano de 2014 na região Noroeste. Este encontro possibilitou uma articulação regional entre os dez povos indígenas que habitam a bacia do rio Juruena (formadora do Tapajós), organizações parceiras e pequenos agricultores. Intercambiar experiências de gestão territorial e ambiental em curso na região e refletir sobre o futuro da bacia do Juruena diante de ameaças e possibilidades foram os grandes resultados deste encontro, além da criação de uma rede de mobilização e articulação. *(Ver mais em Programa de Direitos Indígenas).*



THIAGO FORESTI/OPAN

Equipe da OPAN, indígenas Nambiquara, Myky, Manoki e Paresi juntos em expedição pelo rio Papagaio.

DESAFIOS EM MARÃIWATSÉDÉ



ARQUIVO / OPAN

Jovens de Marãiwatsédé realizam trabalhos de etnomapeamento em seu território.

Em Marãiwatsédé, a primeira etapa para a elaboração do plano de gestão territorial incluiu atividades como: o diagnóstico comunitário de manejo de recursos, o calendário sazonal e o etnomapeamento. Para a segunda etapa, com previsão de finalização até começo de 2016, serão construídos coletivamente o etnozoneamento e firmados os acordos comunitários.

O apoio direto às expedições de coleta e caça, além da busca por locais para a construção de novas aldeias, foram estratégicos ao longo do ano. Agora em ambiente livre de ocupantes não indígenas, os Xavante puderam transitar mais dentro de sua própria área. Ainda no campo da gestão territorial, a OPAN contribuiu para a mitigação do problema da insegurança hídrica na aldeia ao instalar um poço artesiano e construir um sistema de abastecimento com uma caixa d'água com capacidade de até 10 mil litros, um antigo e fundamental pleito da comunidade. O sistema funciona com placas solares, de modo a trazer maior independência energética dos indígenas para o bombeamento da água.

Continuamos apoiando também a comunidade de Marãiwatsédé no campo da soberania alimentar dentro da perspectiva de autonomia dos povos perante suas dietas e sistemas agroalimentares. Estimulamos a difusão de receitas de alimentos tradicionais entre mulheres mais velhas e as jovens em uma oficina de preparo

de bolo de milho Xavante (*tsadaré*). Desde o começo de sua atuação em Marãiwatsédé, a OPAN tem trabalhado com enriquecimento dos quintais e o plantio de espécies com uso alimentar através de diversas estratégias agroecológicas, sempre com a comunidade, no planejamento das ações. Hoje, o impacto já é evidente na mudança de paisagens na aldeia e na oferta de alimentos.

Desde 2011, a equipe da OPAN constitui o elo entre o grupo de mulheres Xavante coletoras de sementes e a Rede de Sementes do Xingu (RSX), através de reuniões de acompanhamento, apoio na elaboração da lista potencial (relação das espécies e quantidades que o grupo conseguirá coletar durante o ano) e na pesagem e venda das sementes para a rede. Também organizamos a participação das indígenas nos eventos realizados pela RSX. A cada ano, o grupo de coletoras de Marãiwatsédé está mais estruturado e comprometido com o trabalho com as sementes.

No ano de 2014, cerca de 50 mulheres realizaram entregas de sementes para a RSX, entre crianças, jovens, adultas e idosas. As espécies mais coletadas em 2014 foram: fedegoso, feijão-de-porco, crotalária, mamoinha, tamboril, buriti e urucum. O trabalho com as sementes, além da geração de renda, representa um espaço de encontro mais amplo para as mulheres, em que ocorrem a troca de saberes entre as jovens e as anciãs e discussão de questões pertinentes à vida indígena. Por meio de andanças para realização das coletas, as mulheres também apoiam a gestão e vigilância do território. Além disso, esta iniciativa econômica estimula o reflorestamento da terra indígena, pois com o território recuperado, a variedade e quantidade de espécies aumentam e, também, o trabalho das coletoras. Outro importante avanço no ano de 2014 foi a nossa participação na Articulação Xingu-Araguaia, rede de parceiros que atua na região. Com destaque a participação e inserção das mulheres coletoras Xavante nos encontros.

SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL



ADRIANO GAMBARINI/OPAN

Cacique Silva Jamamadi, da Aldeia Embaúba, observa sangria da sorva.

Razão de calorosas discussões entre os membros da instituição nas Assembleias Anuais, a sustentabilidade na OPAN é compreendida como um conceito ancorado em três pilares: o financeiro, o técnico e o político. Institucionalmente, mais do que esforços para acesso a grandes editais e outros financiamentos, busca-se o equilíbrio e um crescimento proporcional entre essas áreas.

Todas essas dimensões se relacionam de forma direta. A sustentabilidade financeira, por exemplo, depende de uma boa mobilização e captação de recursos, que, por sua vez, estão vinculadas em grande medida ao projeto político e aos objetivos institucionais. Esses, por certo, devem ser adequados e pertinentes à realidade atual. Do mesmo modo, o preparo de nossas equipes e a expertise da OPAN em seus 46 anos de existência têm o desafio de sustentar tecnicamente esse tripé. Por esses

motivos, construímos uma proposta organizativa que se preocupa e prioriza o permanente monitoramento e avaliação das ações que realizamos. Além disso, os processos formativos e de gestão de pessoas facilitam a interlocução com os povos indígenas. E, para nós, isso também é sustentabilidade.

O histórico compromisso da OPAN na formação continuada de indigenistas ao longo de décadas lhe trouxe notoriedade institucional, reconhecimento pela sua capacidade diferenciada de interlocução e utilização de metodologias participativas de trabalho com os povos indígenas. A observação e a escuta cotidiana são instrumentos priorizados em nossas intervenções. Eles permitem que a instituição compreenda as diferentes lógicas e concepções de mundo dos indígenas, respeitando suas cosmologias. Sem isso, não há diálogo.

Responsabilidade de todos

Encaramos, na OPAN, um aspecto em especial da sustentabilidade como sendo de responsabilidade de todos: a construção de nossos projetos. Esse é um processo que percorre um caminho desde as comunidades (o pedido formal dos povos indígenas), passando pelas equipes locais até a coordenação e a diretoria. Todas as instâncias incorporam as dimensões de sustentabilidade.

As equipes da OPAN participam coletivamente de processos permanentes de planejamento, monitoramento e avaliação junto aos povos, tendo em vista a busca pelo aprimoramento constante de nossos trabalhos. Também temos consciência da importância de investirmos na manutenção da corresponsabilidade de toda a instituição com os nossos doadores e patrocinadores, zelando sempre pela boa aplicação de todos os recursos que recebemos. Entendemos a importância de valorizar parcerias que respeitam nossa cultura institucional e propiciam o desenvolvimento de trabalhos transformadores junto aos povos indígenas.

Nos últimos cinco anos, temos investido fortemente em estratégias para aumentar a visibilidade de nossa atuação por meio do fortalecimento do setor de comunicação e de uma maior atenção aos trabalhos de articulação. Hoje, conseguimos manter parceiros e aliados cada vez mais interessados na temática indígenista periodicamente informados por meio da atualização e regularidade de produtos como site oficial, relatórios anuais, folderes, vídeos, cartilhas e publicações temáticas. Obtivemos incremento em visibilidade graças aos nossos princípios de transparência perante parceiros, com a necessidade de divulgação de resultados, com alcance de incidência política e, obviamente, com a sustentabilidade institucional. A facilitação de novos apoios e financiamentos acontece, desta maneira, de um modo bem mais natural.

Planejamento estratégico

Com o apoio da Embaixada da Noruega, em 2014 a OPAN deu continuidade a um processo iniciado no ano anterior, envolvendo todas as instâncias da organização com o propósito de desenhar seu planejamento estratégico até 2018. Um detalhado diagnóstico institucional foi montado e, como não podia deixar de ser, profundas discussões orientaram esta tarefa, que será finalizada em 2015.

Através deste trabalho, nos abrimos para re-visitarmos à luz da atual conjuntura nossos objetivos, estratégias e práticas. Refletimos também sobre o uso conceitual de alguns termos, assim como novos conceitos e temas que estão hoje na pauta indígenista. Entre 2013 e 2014, realizamos quatro oficinas com consultores externos, diversos trabalhos de equipes regionais e seminários anuais, com ampla participação de convidados indígenas e não indígenas, para chegarmos à visão institucional vigente. Reafirmamos e atualizamos nosso compromisso com o fortalecimento dos processos organizativos internos, além de investirmos na capacidade de articulação e interlocução com povos indígenas, apoiando a luta pela garantia e qualificação de iniciativas da gestão territorial, defesa de direitos e políticas públicas que envolvem os povos e suas terras de ocupação tradicional.

Esse processo coletivo de planejar estrategicamente nossa intervenção institucional resulta em nosso fortalecimento, com coesão e visão orgânica fundamentais para a sustentabilidade.

Também no ano passado, a OPAN iniciou as primeiras ações para criar e estruturar um setor especial para captação de recursos, área que tem ganhado mais atenção na medida em que nos tornamos mais sólidos organizacionalmente. Este processo nos exige planejar estrategicamente (e incorporar novas rotinas) para o fortalecimento de parcerias atuais e para a busca de novas, que nos propiciem uma maior diversificação de tipos de financiamento, abrindo caminhos para fontes inovadoras.

GESTÃO FINANCEIRA

Em 2014, os investimentos e patrocínios foram destinados às ações políticas, sociais, ambientais e culturais dos programas desenvolvidos juntos aos povos indígenas situados nos estados de Mato Grosso e Amazonas. Este conjunto de ações é desempenhado por indigenistas, sujeitos a uma formação permanente oferecida pela própria OPAN e profissionais responsáveis pelos setores administrativo-financeiro e de comunicação. Somam-se, ainda, a coordenação executiva, dos programas em andamento, diretoria e conselho fiscal.

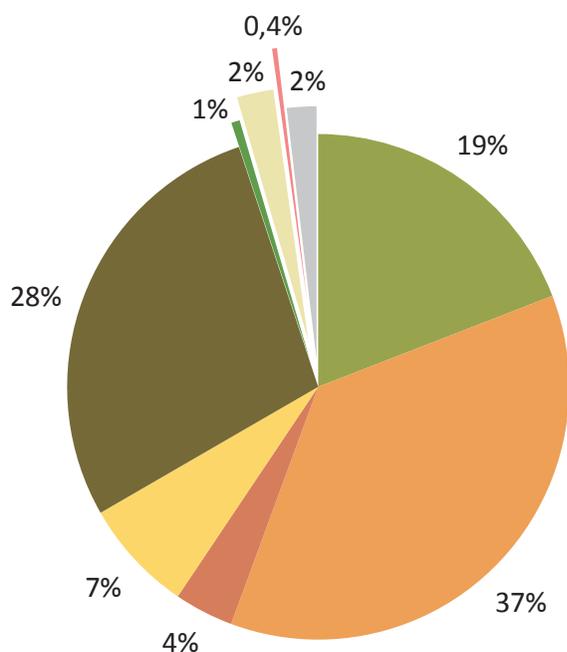
A OPAN dispõe de infraestrutura própria para a execução dos trabalhos, como veículos,

equipamentos e escritórios locais para os programas em vigência. Insumos e materiais didáticos, bem como os serviços técnicos e consultorias contratadas garantem a realização das atividades planejadas.

Os financiamentos procedem de cooperadores internacionais como Misereor, Embaixada da Noruega e Manos Unidas, além de órgãos públicos nacionais como o Ministério do Meio Ambiente/PDPI e do patrocínio da Petrobras.

Na tabela abaixo está identificada a quantidade de recursos captados para a execução de nossos programas em 2014:

PROGRAMAS	PROJETOS	FONTE DE RECURSOS	INVESTIMENTOS	%
MATO GROSSO	BERÇO DAS AGUAS	PETROBRAS	R\$ 698.038	19,14%
MATO GROSSO	MARAIWATSEDE	MANOS UNIDAS	R\$ 138.892	3,81%
MATO GROSSO	PDPI	MMA	R\$ 264.379	7,25%
MATO GROSSO	MANOKI	MISEREOR	R\$ 69.315	1,90%
AMAZONAS	RAIZES DO PURUS	PETROBRAS	R\$ 1.330.889	36,50%
DIREITOS, MATO GROSSO, INSTITUCIONAL	FORTALECIMENTO	EMBAIXADA NORUEGA	R\$ 1.027.655	28,18%
DIREITOS	DIREITOS	MISEREOR	R\$ 19.985	0,55%
INSTITUCIONAL	FORMAD	MISEREOR	R\$ 85.782	2,35%
INSTITUCIONAL	FORTALECIMENTO	CESE	R\$ 11.546	0,32%
			R\$ 3.646.481	100,00%



- BERÇO DAS AGUAS / PETROBRAS
- RAIZES DO PURUS / PETROBRAS
- MARAIWATSEDE / MANOS UNIDAS
- PDPI / MMA
- FORTALECIMENTO / EMBAIXADA NORUEGA
- PROGRAMA DE DIREITOS / MISEREOR
- FORMAD / MISEREOR
- FORTALECIMENTO / CESE
- MANOKI / MISEREOR

Apresentamos o gráfico acima que mostra o percentual dos recursos aplicados no ano de 2014 relativos aos recursos humanos, infraestrutura, custos administrativos, insumos/materiais didáticos, serviços e consultorias.

Esses recursos permitem que a OPAN mantenha seus trabalhos em parceria com os povos indígenas, implementando estratégias na

área de gestão territorial, apoio às organizações, na defesa de direitos e na construção de políticas públicas. Consolidar e ampliar a nossa experiência como instituição indigenista é nossa meta, bem como manter o compromisso com os povos indígenas como já fazemos há 46 anos. Para isso captamos e investimos recursos que nossos apoiadores nos confiam.

Seja um doador ✓

A OPAN desenvolve seus projetos em defesa dos povos indígenas e do meio ambiente graças à contribuição de pessoas e instituições. 🗨️

Apoie você também. 😊

Dados bancários: ❤️

BANCO DO BRASIL

AG 3325-1

C/C 21.808-1



EQUIPE 2014

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Edmundo Antonio Peggion
Secretário: Fernando Penna Sebastião
Tesoureiro: Marcelo Carlos Moreira

CONSELHO FISCAL

Rosa Maria Monteiro
Juliana de Almeida
Carolina Delgado de Carvalho

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Coordenador geral: Ivar Luiz Vendruscolo Busatto
Coordenadora técnica: Lola Campos Rebollar
Coordenadora financeira: Rochele Fiorini

PROGRAMA DE DIREITOS INDÍGENAS

Coordenadora: Andrea Jakubaszko
Andreia Fanzeres

PROGRAMA AMAZONAS

Coordenador: Gustavo Falsetti V. Silveira

INDIGENISTAS:

Diogo Henrique Giroto
Magno Lima dos Santos
Vinícius Benites Alves

AUXILIARES DE LOGÍSTICA:

Carlos Rodrigues Araujo
Francisco Pinheiro de Souza

PROGRAMA MATO GROSSO

Coordenadora: Artema Lima

INDIGENISTAS:

Edemar Treuherz
Fabiano da Matta
Victor Amaral
Luana Fowler
Sayonara Silva
Marco Tulio Ferreira
Danilo Guimarães
Diego Schmith Gino
Maria Nahssen

SETOR DE COMUNICAÇÃO

Andreia Fanzeres
Keka Werneck
Carla Ninos

SETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO (SEDE)

Ana Maria Fernandes do Nascimento Guerreiro
Neila Raquel Solano
Lucirlene Pereira da Silveira
Luiz Antonio Maciel Rocha
Ariane Proença Alves Chagas
Luciana de Souza Bonfim

EXPEDIENTE

EDIÇÃO

Andreia Fanzeres

REVISÃO

Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

FOTO DA CAPA:

Adriano Gambarini / OPAN

PROJETO GRÁFICO:



www.irisdesign.com.br

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

Av. Ipiranga, 97, Bairro Goiabeiras, Cuiabá – MT, CEP 78032-035

Telefone: 55 (65) 3322-2980

Fax: 55 (65) 3322-4161

comunicacao@amazonianativa.org.br

facebook.com/amazonianativa

twitter: @amazonianativa

www.amazonianativa.org.br

APOIADORES





ADRIANO GAMBARINI/OPAN



Crianças Jamamadi, Aldeia Seringal.

